



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING  
29 e 30  
de janeiro  
de 2022**

# Volta às aulas é adiada nas escolas públicas de São Luís

Muitos pais divergem sobre a vacinação infantil

Mesmo com a classe médica, científica e de profissionais validando e aprovando a vacinação para crianças, muitos pais e

responsáveis ainda não levaram suas crianças para vacinar. Assim, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do **Ministério Público**

dos Estados e da União (CNPGE) aprovou, em sua reunião ordinária realizada na última quarta-feira, a nota técnica nº 02/2022, que

orienta a atuação do **Ministério Público** brasileiro acerca da imunização contra a Covid-19 de crianças de 5 a 11 anos.

PÁGINA 9

# Volta às aulas é adiada em São Luís

**PATRÍCIA CUNHA**

O retorno das aulas presenciais para o público infantil ainda é permeado por dúvidas, incertezas, insegurança, mas ao mesmo tempo, com uma pitada de esperança com a chegada da **vacinação** para crianças de 5 a 11 anos. Muitas escolas da rede particular de ensino reabriram no início de 2021 com pelo menos parte do atendimento presencial. Mas, com o avanço da doença, o surgimento de novas variantes do vírus, muitas voltaram a fechar e mandaram seu alunado de volta para casa.

Na segunda-feira, 31, muitas escolas particulares retomam ou começam o ano letivo para crianças da educação infantil, Na rede municipal de ensino da capital, no entanto, as aulas que seriam iniciadas na terça-feira, dia 1º, foram adiadas para o dia 22 de fevereiro.

O anúncio foi feito no dia 28 em uma rede social da Prefeitura de **São Luís**. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) disse que após reunião realizada com representantes da Secretaria Municipal de Saúde, do Sin-deducação e do **Ministério Público** Estadual, por meio das Promotorias da Educação, em razão do aumento do número de casos de **Covid-19** e outras síndromes gripais, foi definida a nova data de 22 de fevereiro. "O ano letivo cumprirá a legislação pertinente e o adiamento se faz necessário para maior segurança de toda nossa comunidade escolar", dizia a nota.

Em comunicado no dia 27 de janeiro, o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de **São Luís** (Sindeducação) já havia se manifestado contra o retorno das aulas presenciais, deliberando que "o calendário letivo de 2022 só iniciasse com aulas presenciais quando as condições epidemiológicas permitirem, isto é, quando os índices de contaminação e internação diminuam".

O calendário letivo de 2022 só iniciasse com aulas presenciais quando as condições epidemiológicas permitirem, isto é, quando os índices de contaminação e internação diminuam

Em reunião no **Ministério Público**, no último dia 26, o Sindicato frisou que o retorno presencial das atividades escolares, deveria levar em consideração, além da reestruturação física das unidades de ensino, as condições epidemiológicas atuais, caracterizada pelo surto da variante ômicron e da gripe Influenza

H3N2,

O órgão de classe quer construir, junto aos professores e à Secretaria Municipal de Educação, um calendário para os próximos meses que contemple, além das reformas ou reparos, garantias que o retorno presencial será seguro para todos, com testagens em massa na comunidade escolar, que seja respeitado o distanciamento, com revezamento dos alunos em sala de aula, com investimento no ensino híbrido, sem sobrecarga de trabalho para o professor, e que a rede tenha um grande plano de recuperação de aprendizagens, principalmente no que diz respeito à evasão escolar e ao atendimento daqueles alunos que não puderam ter acesso às aulas remotas por falta de meios tecnológicos. "Lembramos também que muitas escolas ainda não têm nenhuma intervenção na infraestrutura física e com a continuidade do ensino remoto se faz necessário o investimento no acesso tecnológico aos estudantes", disse o sindicato.

## **Vacinação** infantil cercada de dúvidas

Mesmo com a classe médica, científica e de profissionais validando e aprovando a **vacinação** para crianças, muitos pais e responsáveis ainda não levaram suas crianças para vacinar. Assim, o Conselho Nacional de Pro-curadores-Gerais do **Ministério Público** dos Estados e da União (CNPGE) aprovou, em sua reunião ordinária realizada na última quarta-feira, a nota técnica nº02/2022, que orienta a atuação do **Ministério Público** brasileiro acerca da imunização contra a **Covid-19** de crianças de 5 a 11 anos.

A nota técnica apontou que a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a recomendação de **vacinação** emitida pelo Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à **Covid-19**, além do que aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente, fazem da imunização uma prática obrigatória em todo o território nacional.

"Desse modo, a imunização de crianças, quando recomendada pelas autoridades sanitárias e após atestada a segurança e eficácia da **vacina**, é considerada legalmente uma providência essencial à saúde/vida e, portanto, inquestionavelmente, direito fundamental da criança e dever da família, da sociedade e do Estado", explica Gleudson Malheiros, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do **MPMA**.

A nota aborda as implicações da falta de **vacinação** e a necessidade de exibição da comprovação de **vacina** às escolas. "Não se afigura razoável que empresas sofram os prejuízos decorrentes da interrupção de suas atividades por causa de surtos que se originaram da falta de **vacinação** infantil, assim como não é razoável que as escolas públicas e privadas tenham que interromper as atividades educacionais por causa de surtos originados em uma criança não vacinada".

O documento, porém, esclarece que a não apresentação da carteira de **vacinação** em escolas públicas ou privadas, que é uma realidade prevista em diversas leis estaduais, não pode ser um impeditivo para a matrícula, rematrícula ou frequência no ambiente escolar.

Não se afigura razoável que empresas sofram os prejuízos decorrentes da interrupção de suas atividades por causa de surtos que se originaram da falta de **vacinação** infantil, assim como não é razoável que as **escolas** públicas e privadas tenham que interromper as atividades educacionais por causa de surtos originados em uma criança não vacinada

# Reunião define adiamento do início do ano letivo na rede pública municipal de ensino

Intermediada pelo **Ministério Público** do Maranhão, uma reunião virtual realizada nessa sexta-feira (28), entre a Secretaria Municipal de Educação de São Luís (Semed) e o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação), definiu o adiamento do início do ano letivo nas escolas municipais que estava previsto para o dia 1º de fevereiro.

A Prefeitura de São Luís irá anunciar nos próximos a nova data, que foi sugerida para o dia 22 de fevereiro.

O motivo do adiamento apresentado pela secretáriaadjunta de Educação, Gusmaia Mousinho, foi o crescimento dos casos de Covid-19 em São Luís neste início de ano, assim como está ocorrendo no país e no mundo. A titular da Semed, Caroline Salgado, inclusive, testou positivo para a Covid.

Também foi considerada a situação de diversas escolas municipais que estão sendo reformadas e ainda não terão condições de iniciar o ano letivo de forma presencial.

Durante a reunião, que foi coordenada pelos promotores de justiça Paulo Avelar e Lindonjansom Gonçalves, titulares da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Educação de São Luís, respectivamente, também ficou acertada uma nova reunião entre a Semed e o Sindeducação para discutir a alteração do calendário escolar e a reposição das aulas.

Pelo Sindeducação, participaram a presidente Regina Bodalo, a diretora Ana Paula Martins e o assessor jurídico Eduardo Corrêa.

## REFORMAS NAS ESCOLAS

Quanto às escolas municipais que estão em reforma, o **Ministério Público** irá requerer à Semed a relação das unidades que já foram reformadas, das que estão com os serviços em andamento, bem como daquelas que ainda vão passar por intervenções pontuais.

## CONDIÇÕES SANITÁRIAS

A exemplo do que foi discutido em outra reunião na última quarta-feira, 26, os representantes do **Ministério Público** reforçaram que a preocupação principal é garantir o retorno às atividades

educacionais presenciais de forma segura.

"O que queremos verificar é se as escolas estão sendo preparadas para cumprir os protocolos sanitários definidos para o combate à pandemia do coronavírus, garantindo um retorno seguro às aulas presenciais para toda a comunidade escolar", afirmou o **promotor de justiça** Paulo Avelar.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes Júnior, informou, durante a reunião do dia 26, que, de acordo com projeções da Semus, o pico do número de casos já estaria sendo ultrapassado e a redução contínua, até patamares iguais aos do final de 2021, chegaria em três ou quatro semanas.

**Site:** [https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp\\_site/issue-39871d0cee6ab3debf7e05cd7a6d5cf4.pdf](https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/issue-39871d0cee6ab3debf7e05cd7a6d5cf4.pdf)

# MPMA discute ações para coibir desmatamento do Cerrado maranhense

Em reunião virtual realizada nesta quinta-feira, 27, com a participação de representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão da Procuradoria Geral de Justiça, Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA) e vários promotores de justiça, foi discutida a possibilidade de formação de uma força-tarefa para coibir o **desmatamento** no Cerrado maranhense. Um documento será encaminhado ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, solicitando a instauração da força-tarefa.

Também foi deliberado que o CAO-UMA irá instaurar um Procedimento Administrativo geral cujo modelo será encaminhado aos promotores de justiça da região dos municípios de Balsas, Grajaú, Caxias e Aldeias Altas, apontados pelo ranking do **desmatamento** do Cerrado brasileiro entre os 10 que mais desmatam o referido bioma.

Além disso, será elaborado um ofício circular com as informações sobre a situação de **desmatamento** no Cerrado maranhense.

Uma nova reunião deverá ser realizada no dia 2 de fevereiro, com a participação de representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) para explicar a situação do Cadastro Ambiental Rural e do **desmatamento** na região.

Participaram da reunião os promotores de justiça Carlos Henrique Rodrigues Vieira (diretor da Seplag), Luis Fernando Cabral Barreto Junior (CAO-UMA), Antonio Lisboa de Castro Viana Junior (Balsas), Raphael Oliveira (Grajaú) e José Carlos Faria Filho (Caxias), além de servidores da Seplag e do CAO-UMA.

TEMAS - No início da reunião, o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Carlos Henrique Vieira, informou sobre o ranking das 10 cidades que mais desmataram o Cerrado brasileiro, nos últimos anos, no qual figuram os municípios de Balsas, Grajaú, Caxias e Aldeias Altas.

Carlos Henrique Vieira ressaltou que essa situação incomoda o **MPMA** e, por esse motivo, a reunião foi convocada para a elaboração de uma proposta conjunta que venha reverter a problemática do **desmatamento** do cerrado maranhense. "A ideia é

alinhar ações capitaneadas pelo coordenador do CAOUMA, Fernando Barreto, que possui uma proposta a ser compartilhada e discutida com os promotores das quatro cidades citadas no ranking", completou.

Por sua vez, o **promotor de justiça** Fernando Barreto chamou a atenção para a situação do **desmatamento** do cerrado na região conhecida como Matopiba, que reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e que tem se tornado preocupante.

Foi informado que, em 2020, o Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP) firmou um acordo de resultados entre os procuradores-gerais de justiça focado na Amazônia e no Cerrado, para unir esforços com o objetivo de combater o **desmatamento** dessas áreas.

Outro assunto tratado por Fernando Barreto foi o Cadastro Ambiental Rural, implementado em substituição à averbação. O MP tem acesso à ferramenta para realizar pesquisas para um processo judicial.

"Numa situação de **desmatamento** é possível identificar o proprietário e a imagem da área afetada, dentre outras informações. O problema é que o cadastrado é auto declaratório e no Maranhão não há um programa de recuperação ambiental", comentou.

O coordenador do CAOUMA informou que encaminhará aos promotores uma nota técnica elaborada pelo **Ministério Público** da Bahia sobre esse assunto.

Fernando Barreto sugeriu, como a primeira linha de trabalho, a realização de um diagnóstico do **desmatamento** nos quatro municípios, com apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para identificar os proprietários das áreas rurais afetadas. A ideia é saber se eles possuem CAR, se possuem autorização, e avaliar se o **desmatamento** avançou para áreas além do limite autorizado.

Outra linha é utilizar o Convênio do Programa Água para o Futuro, software desenvolvido pelo **Ministério Público** do Mato Grosso para cadastrar todas as nascentes e identificar as propriedades rurais que mais estão desmatando as áreas de preservação.

Fernando Barreto destacou a importância de iniciar o trabalho com o levantamento das propriedades que mais desmatam nesses quatro municípios, tendo em vista que as informações ficarão disponíveis para consulta pública pela sociedade. "Boa parte das propriedades de Balsas tinha suas reservas legais averbadas em 50% ou 80%. Precisamos saber se eles avançaram para além desse percentual", disse.

O **promotor de justiça** lembrou ainda que no Maranhão não há Plano de Recuperação de Regularização Ambiental Formal. Diante dessa realidade, Fernando Barreto informou que o CAO-UMA, com apoio da Seplag, elaborou uma proposta de projeto institucional para os quatro municípios, com o objetivo de fazer a regularização ambiental das propriedades rurais, formal e material, com o cadastramento e recuperação do passivo ambiental existente.

Em seguida, Fernando Barreto tirou as dúvidas dos promotores da região Antonio Lisboa de Castro Viana Junior, Raphaell Oliveira e José Carlos Faria Filho.

(CCOM-MPMA)

# Reunião define adiamento do início do ano letivo na rede pública municipal de ensino

**omaranhense**

Intermediada pelo **Ministério Público** do Maranhão, uma reunião virtual realizada nesta sexta-feira, 28, entre a Secretaria Municipal de Educação de São Luís (Semed) e o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação) definiu o adiamento do início do ano letivo nas escolas municipais que estava previsto para o dia 1º de fevereiro.

A Prefeitura de São Luís irá anunciar nos próximos a nova data, que foi sugerida para o dia 22 de fevereiro.

O motivo do adiamento apresentado pela secretária-adjunta de Educação, Gusmaia Mousinho, foi o crescimento dos casos de Covid-19 em São Luís neste início de ano, assim como está ocorrendo no país e no mundo. A titular da Semed, Caroline Salgado, inclusive, testou positivo para a Covid.

Também foi considerada a situação de diversas escolas municipais que estão sendo reformadas e ainda não terão condições de iniciar o ano letivo de forma presencial.

Durante a reunião, que foi coordenada pelos promotores de justiça Paulo Avelar e Lindonjansom Gonçalves, titulares da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Educação de São Luís, respectivamente, também ficou acertada uma nova reunião entre a Semed e o Sindeducação para discutir a alteração do calendário escolar e a reposição das aulas.

Pelo Sindeducação, participaram a presidente Regina Bodalo, a diretora Ana Paula Martins e o assessor jurídico Eduardo Corrêa.

## REFORMAS NAS ESCOLAS

Quanto às escolas municipais que estão em reforma, o **Ministério Público** irá requerer à Semed a relação das unidades que já foram reformadas, das que estão com os serviços em andamento, bem como daquelas que ainda vão passar por intervenções pontuais.

## CONDIÇÕES SANITÁRIAS

A exemplo do que foi discutido em outra reunião na última quarta-feira, 26, os representantes do

**Ministério Público** reforçaram que a preocupação principal da instituição é garantir o retorno às atividades educacionais presenciais de forma segura.

"O que queremos verificar é se as escolas estão sendo preparadas para cumprir os protocolos sanitários definidos para o combate à pandemia do coronavírus, garantindo um retorno seguro às aulas presenciais para toda a comunidade escolar", afirmou o **promotor de justiça** Paulo Avelar.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes Júnior, informou, durante a reunião do dia 26, que, de acordo com projeções da Semus, o pico do número de casos de síncromes gripais (Covid e influenza) já estaria sendo ultrapassado e a redução contínua, até patamares iguais aos do final de 2021, chegaria em três ou quatro semanas.

**Site:** <https://omaranhense.com/reuniao-define-adiamento-do-inicio-do-ano-letivo-na-rede-publica-municipal-de-ensino/>



# MPMA discute ações para coibir desmatamento do Cerrado maranhense

**omaranhense**

Em reunião virtual realizada nesta quinta-feira, 27, com a participação de representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão da Procuradoria Geral de Justiça, Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA) e vários promotores de justiça, foi discutida a possibilidade de formação de uma força-tarefa para coibir o **desmatamento** no Cerrado maranhense. Um documento será encaminhado ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, solicitando a instauração da força-tarefa.

Também foi deliberado que o CAO-UMA irá instaurar um Procedimento Administrativo geral cujo modelo será encaminhado aos promotores de justiça da região dos municípios de Balsas, Grajaú, Caxias e Aldeias Altas, apontados pelo ranking do **desmatamento** do Cerrado brasileiro entre os 10 que mais desmatam o referido bioma.

Além disso, será elaborado um ofício circular com as informações sobre a situação de **desmatamento** no Cerrado maranhense.

Uma nova reunião deverá ser realizada no dia 2 de fevereiro, com a participação de representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) para explicar a situação do Cadastro Ambiental Rural e do **desmatamento** na região.

Participaram da reunião os promotores de justiça Carlos Henrique Rodrigues Vieira (diretor da Seplag), Luis Fernando Cabral Barreto Junior (CAO-UMA), Antonio Lisboa de Castro Viana Junior (Balsas), Raphael Oliveira (Grajaú) e José Carlos Faria Filho (Caxias), além de servidores da Seplag e do CAO-UMA.

TEMAS

No início da reunião, o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Carlos Henrique Vieira, informou sobre o ranking das 10 cidades que mais desmataram o Cerrado brasileiro, nos últimos anos, no qual figuram os municípios de Balsas, Grajaú, Caxias e Aldeias Altas.

Carlos Henrique Vieira ressaltou que essa situação

incomoda o **MPMA** e, por esse motivo, a reunião foi convocada para a elaboração de uma proposta conjunta que venha reverter a problemática do **desmatamento** do cerrado maranhense. "A ideia é alinhar ações capitaneadas pelo coordenador do CAO-UMA, Fernando Barreto, que possui uma proposta a ser compartilhada e discutida com os promotores das quatro cidades citadas no ranking", completou.

Por sua vez, o **promotor de justiça** Fernando Barreto chamou a atenção para a situação do **desmatamento** do cerrado na região conhecida como Matopiba, que reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e que tem se tornado preocupante.

Foi informado que, em 2020, o Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP) firmou um acordo de resultados entre os procuradores-gerais de justiça focado na Amazônia e no Cerrado, para unir esforços com o objetivo de combater o **desmatamento** dessas áreas.

Outro assunto tratado por Fernando Barreto foi o Cadastro Ambiental Rural, implementado em substituição à averbação. O MP tem acesso à ferramenta para realizar pesquisas para um processo judicial. "Numa situação de **desmatamento** é possível identificar o proprietário e a imagem da área afetada, dentre outras informações. O problema é que o cadastrado é auto declaratório e no Maranhão não há um programa de recuperação ambiental", comentou.

O coordenador do CAO-UMA informou que encaminhará aos promotores uma nota técnica elaborada pelo **Ministério Público** da Bahia sobre esse assunto.

Fernando Barreto sugeriu, como a primeira linha de trabalho, a realização de um diagnóstico do **desmatamento** nos quatro municípios, com apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para identificar os proprietários das áreas rurais afetadas. A ideia é saber se eles possuem CAR, se possuem autorização, e avaliar se o **desmatamento** avançou para áreas além do limite autorizado.

Outra linha é utilizar o Convênio do Programa Água para o Futuro, software desenvolvido pelo **Ministério Público** do Mato Grosso para cadastrar todas as nascentes e identificar as propriedades rurais que

mais estão desmatando as áreas de preservação.

Fernando Barreto destacou a importância de iniciar o trabalho com o levantamento das propriedades que mais desmatam nesses quatro municípios, tendo em vista que as informações ficarão disponíveis para consulta pública pela sociedade. "Boa parte das propriedades de Balsas tinha suas reservas legais averbadas em 50% ou 80%. Precisamos saber se eles avançaram para além desse percentual", disse.

O **promotor de justiça** lembrou ainda que no Maranhão não há Plano de Recuperação de Regularização Ambiental Formal. Diante dessa realidade, Fernando Barreto informou que o CAO-UMA, com apoio da Seplag, elaborou uma proposta de projeto institucional para os quatro municípios, com o objetivo de fazer a regularização ambiental das propriedades rurais, formal e material, com o cadastramento e recuperação do passivo ambiental existente.

Em seguida, Fernando Barreto tirou as dúvidas dos promotores da região Antonio Lisboa de Castro Viana Junior, Raphaell Oliveira e José Carlos Faria Filho.

**Site:** <https://omaranhense.com/mpma-discute-aco-es-para-coibir-desmatamento-do-cerrado-maranhense/>

# Reunião define adiamento das aulas na rede pública de São Luís

*Gláucio Ericeira*

Intermediada pelo **Ministério Público** do Maranhão, uma reunião virtual realizada nesta sexta-feira, 28, entre a Secretaria Municipal de Educação de São Luís (Semed) e o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação) definiu o adiamento do início do ano letivo nas escolas municipais que estava previsto para o dia 1º de fevereiro.

A Prefeitura de São Luís irá anunciar nos próximos a nova data, que foi sugerida para o dia 22 de fevereiro.

O motivo do adiamento apresentado pela secretária-adjunta de Educação, Gusmaia Mousinho, foi o crescimento dos casos de Covid-19 em São Luís neste início de ano, assim como está ocorrendo no país e no mundo. A titular da Semed, Caroline Salgado, inclusive, testou positivo para a Covid.

Também foi considerada a situação de diversas escolas municipais que estão sendo reformadas e ainda não terão condições de iniciar o ano letivo de forma presencial.

Durante a reunião, que foi coordenada pelos promotores de justiça Paulo Avelar e Lindonjomsom Gonçalves, titulares da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Educação de São Luís, respectivamente, também ficou acertada uma nova reunião entre a Semed e o Sindeducação para discutir a alteração do calendário escolar e a reposição das aulas.

Pelo Sindeducação, participaram a presidente Regina Bodalo, a diretora Ana Paula Martins e o assessor jurídico Eduardo Corrêa.

**Site:** <https://www.glaucioericeira.com.br/2022/01/reuniao-define-adiamento-das-aulas-na-rede-publica-de-sao-luis/>

# Ministério Público se posiciona a favor da vacinação infantil

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do **Ministério Público** dos Estados e da União (CNPGE) aprovou, em reunião ordinária desta quarta-feira (26), uma nota técnica que orienta a atuação do **Ministério Público** brasileiro sobre a imunização contra a Covid-19 em crianças de 5 a 11 anos.

**Site:** <https://jorisonrandielson.com.br/ministerio-publico-se-posiciona-a-favor-da-vacinacao-infantil/>

# Brasil registrou 140 assassinatos de pessoas trans em 2021

## *Da Redação com informações da Agência Brasil*

Em 2021, foram registrados 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. Deste total, 135 tiveram como vítimas travestis e mulheres transexuais e cinco vitimaram homens trans e pessoas transmasculinas.

O número foi menor do que o do ano anterior, quando foram registrados 175 assassinatos de pessoas trans. Mas foi superior ao de 2019, no período pré-pandemia, quando foram contabilizados 124 óbitos. O número de 2021 está acima da média desde 2008, de 123,8 homicídios anuais de pessoas pertencentes a esse segmento.

Os dados estão no Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. O estudo foi realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) com apoio de universidades como a Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Federal de São Paulo (Unifesp) e Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Brasil foi, pelo 13º ano consecutivo, o país onde mais pessoas trans foram assassinadas. Em relação à distribuição geográfica, São Paulo foi o estado com mais homicídios (25), seguido por Bahia (13), Rio de Janeiro (12) e Ceará e Pernambuco (11). Além dos casos no Brasil, foram identificados dois assassinatos de brasileiras trans em outros países, um na França e outro em Portugal.

Os perfis das vítimas não puderam ser completamente traçados. Dos assassinatos com informações sobre a idade - 100 casos -, 53% tinham entre 18 e 29 anos; 28% entre 30 e 39 anos; 10% entre 40 e 49 anos; 5% entre 13 e 17 anos e 3% entre 50 e 59 anos. Quanto à raça, 81% das vítimas se identificavam como pretas ou pardas, enquanto 19% eram brancas.

As principais vítimas foram as profissionais do sexo - 78% das pessoas mortas identificadas na pesquisa. Segundo a autora, esse perfil majoritário das vítimas indica pessoas "empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, onde muitas se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas."

O texto informa que as pessoas trans também

sofreram intensamente os efeitos da crise sanitária, econômica e social da pandemia da covid-19, com dificuldade de acesso a auxílios governamentais e de obtenção de empregos em empresas.

A pesquisa chama a atenção para a dificuldade de obtenção de dados. Isso ocorre pela ausência de um recorte que contemple as pessoas trans nas estatísticas de secretarias de segurança e de instituições de **direitos humanos** que recebem denúncias de violações, como no caso do Disque 100.

"Nos casos de assassinatos, muitas vezes esses dados se perdem nos próprios registros de ocorrência. Da mesma forma, nos laudos dos Institutos Médicos Legais, ignora-se a identidade de gênero da pessoa, se destoante do padrão sexual binário", pontua a autora do estudo, Bruna Benevides.

A autora destaca que há um crescimento de iniciativas com repercussões na ampliação da violência contra pessoas trans e que esse segmento é o que sofre mais violações de **direitos humanos** entre a comunidade LGBTQIA+.

"Temos assistido a um levante contra as discussões sobre linguagem inclusiva de gênero para pessoas não-binárias, projetos de lei antitrans e o discurso que incluiu o ódio religioso contra direitos LGBTQIA+ tem ganhado mais espaço, trazendo impactos significativos no dia a dia", observa.

O texto cita também a violência contra políticas eleitas trans. Foram registradas no ano passado ameaças de morte contra a vereadora de Niterói Benny Briolly (Psol/RJ), levando-a a deixar o país.

A vereadora de Belo Horizonte Duda Salabert (PDT/MG) também virou alvo de ameaças de morte na capital mineira. A vereadora Érika Hilton (Psol/SP) teve o gabinete invadido e passou a ter que circular com seguranças para coibir ataques.

O dossiê critica a falta de ações dos governos, parlamentos e entes estatais para combater a violência transfóbica. A falta de respostas do Estado atinge também adolescentes trans, que em geral sofrem com a falta de acolhimento no seio familiar e nas escolas.

apresenta recomendações ao Poder Público para enfrentar o cenário de violência contra a população trans. O documento também defende o reconhecimento pelos órgãos estatais da autodeclaração de gênero das pessoas trans e diversas, o que inclui a acolhida nos abrigos públicos. O texto coloca a importância da inserção nos currículos de temas de educação sexual inclusiva.

O documento sugere mutirões em órgãos de assistência social para emissão de documentos e inclusão em programas para população LGBTQIA+. O texto advoga por medidas específicas de proteção das profissionais do sexo e pelo impedimento da prisão de pessoas nessa atividade.

Entre as recomendações, ações de apoio à comunidade trans para enfrentar condições de vulnerabilidade à fome, como a distribuição de alimentos e itens de higiene e de proteção contra a covid-19 para a população LGBTQIA+.

Para as forças de segurança, o dossiê recomenda a criação de protocolos policiais para combater a violência contra a população LGBTQIA+, a formação e sensibilização dos agentes e a inclusão desse recorte nas estatísticas e na sistematização dos dados sobre assassinatos e violências.

**Site:** <https://oimparcial.com.br/noticias/2022/01/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021/>

# Brasil registrou 140 assassinatos de pessoas trans em 2021

Em 2021, foram registrados 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. Deste total, 135 tiveram como vítimas travestis e mulheres transexuais e cinco vitimaram homens trans e pessoas transmasculinas.

O número foi menor do que o do ano anterior, quando foram registrados 175 assassinatos de pessoas trans. Mas foi superior ao de 2019, no período pré-pandemia, quando foram contabilizados 124 óbitos. O número de 2021 está acima da média desde 2008, de 123,8 homicídios anuais de pessoas pertencentes a esse segmento.

Os dados estão no Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. O estudo foi realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) com apoio de universidades como a Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Federal de São Paulo (Unifesp) e Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Brasil foi, pelo 13º ano consecutivo, o país onde mais pessoas trans foram assassinadas. Em relação à distribuição geográfica, São Paulo foi o estado com mais homicídios (25), seguido por Bahia (13), Rio de Janeiro (12) e Ceará e Pernambuco (11). Além dos casos no Brasil, foram identificados dois assassinatos de brasileiras trans em outros países, um na França e outro em Portugal.

Os perfis das vítimas não puderam ser completamente traçados. Dos assassinatos com informações sobre a idade - 100 casos -, 53% tinham entre 18 e 29 anos; 28% entre 30 e 39 anos; 10% entre 40 e 49 anos; 5% entre 13 e 17 anos e 3% entre 50 e 59 anos. Quanto à raça, 81% das vítimas se identificavam como pretas ou pardas, enquanto 19% eram brancas.

Em 2021 ocorreram 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. - Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021

As principais vítimas foram as profissionais do sexo - 78% das pessoas mortas identificadas na pesquisa. Segundo a autora, esse perfil majoritário das vítimas indica pessoas "empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, onde muitas se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas."

O texto informa que as pessoas trans também sofreram intensamente os efeitos da crise sanitária, econômica e social da pandemia da covid-19, com dificuldade de acesso a auxílios governamentais e de obtenção de empregos em empresas.

A pesquisa chama a atenção para a dificuldade de obtenção de dados. Isso ocorre pela ausência de um recorte que contemple as pessoas trans nas estatísticas de secretarias de segurança e de instituições de **direitos humanos** que recebem denúncias de violações, como no caso do Disque 100.

"Nos casos de assassinatos, muitas vezes esses dados se perdem nos próprios registros de ocorrência. Da mesma forma, nos laudos dos Institutos Médicos Legais, ignora-se a identidade de gênero da pessoa, se destoante do padrão sexual binário", pontua a autora do estudo, Bruna Benevides.

A autora destaca que há um crescimento de iniciativas com repercussões na ampliação da violência contra pessoas trans e que esse segmento é o que sofre mais violações de **direitos humanos** entre a comunidade LGBTQIA+.

"Temos assistido a um levante contra as discussões sobre linguagem inclusiva de gênero para pessoas não-binárias, projetos de lei antitrans e o discurso que incluiu o ódio religioso contra direitos LGBTQIA+ tem ganhado mais espaço, trazendo impactos significativos no dia a dia", observa.

O texto cita também a violência contra políticas eleitas trans. Foram registradas no ano passado ameaças de morte contra a vereadora de Niterói Benny Briolly (Psol/RJ), levando-a a deixar o país.

A vereadora de Belo Horizonte Duda Salabert (PDT/MG) também virou alvo de ameaças de morte na capital mineira. A vereadora Érika Hilton (Psol/SP) teve o gabinete invadido e passou a ter que circular com seguranças para coibir ataques.

O dossiê critica a falta de ações dos governos, parlamentos e entes estatais para combater a violência transfóbica. A falta de respostas do Estado atinge também adolescentes trans, que em geral sofrem com a falta de acolhimento no seio familiar e

nas escolas.

apresenta recomendações ao Poder Público para enfrentar o cenário de violência contra a população trans. O documento também defende o reconhecimento pelos órgãos estatais da autodeclaração de gênero das pessoas trans e diversas, o que inclui a acolhida nos abrigos públicos. O texto coloca a importância da inserção nos currículos de temas de educação sexual inclusiva.

O documento sugere mutirões em órgãos de assistência social para emissão de documentos e inclusão em programas para população LGBTQIA+. O texto advoga por medidas específicas de proteção das profissionais do sexo e pelo impedimento da prisão de pessoas nessa atividade.

Entre as recomendações, ações de apoio à comunidade trans para enfrentar condições de vulnerabilidade à fome, como a distribuição de alimentos e itens de higiene e de proteção contra a covid-19 para a população LGBTQIA+.

Para as forças de segurança, o dossiê recomenda a criação de protocolos policiais para combater a violência contra a população LGBTQIA+, a formação e sensibilização dos agentes e a inclusão desse recorte nas estatísticas e na sistematização dos dados sobre assassinatos e violências.

A Agência Brasil entrou em contato com o Ministério da Mulher, Família e **Direitos Humanos** sobre as políticas voltadas à população trans e aguarda retorno.

Política de Privacidade

**Site:** <https://portalguara.com/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021/>



# Brasil registrou 140 assassinatos de pessoas trans em 2021

## Agência Brasil

Em 2021, foram registrados 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. Deste total, 135 tiveram como vítimas travestis e mulheres transexuais e cinco vitimaram homens trans e pessoas transmasculinas.

O número foi menor do que o do ano anterior, quando foram registrados 175 assassinatos de pessoas trans. Mas foi superior ao de 2019, no período pré-pandemia, quando foram contabilizados 124 óbitos. O número de 2021 está acima da média desde 2008, de 123,8 homicídios anuais de pessoas pertencentes a esse segmento.

Os dados estão no Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. O estudo foi realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) com apoio de universidades como a Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Federal de São Paulo (Unifesp) e Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Brasil foi, pelo 13º ano consecutivo, o país onde mais pessoas trans foram assassinadas. Em relação à distribuição geográfica, São Paulo foi o estado com mais homicídios (25), seguido por Bahia (13), Rio de Janeiro (12) e Ceará e Pernambuco (11). Além dos casos no Brasil, foram identificados dois assassinatos de brasileiras trans em outros países, um na França e outro em Portugal.

Os perfis das vítimas não puderam ser completamente traçados. Dos assassinatos com informações sobre a idade - 100 casos -, 53% tinham entre 18 e 29 anos; 28% entre 30 e 39 anos; 10% entre 40 e 49 anos; 5% entre 13 e 17 anos e 3% entre 50 e 59 anos. Quanto à raça, 81% das vítimas se identificavam como pretas ou pardas, enquanto 19% eram brancas.

Em 2021 ocorreram 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. - Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021

As principais vítimas foram as profissionais do sexo - 78% das pessoas mortas identificadas na pesquisa. Segundo a autora, esse perfil majoritário das vítimas indica pessoas "empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, onde muitas se encontram em alta vulnerabilidade social e

expostas aos maiores índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas."

O texto informa que as pessoas trans também sofreram intensamente os efeitos da crise sanitária, econômica e social da pandemia da covid-19, com dificuldade de acesso a auxílios governamentais e de obtenção de empregos em empresas.

A pesquisa chama a atenção para a dificuldade de obtenção de dados. Isso ocorre pela ausência de um recorte que contemple as pessoas trans nas estatísticas de secretarias de segurança e de instituições de **direitos humanos** que recebem denúncias de violações, como no caso do Disque 100.

"Nos casos de assassinatos, muitas vezes esses dados se perdem nos próprios registros de ocorrência. Da mesma forma, nos laudos dos Institutos Médicos Legais, ignora-se a identidade de gênero da pessoa, se destoante do padrão sexual binário", pontua a autora do estudo, Bruna Benevides.

A autora destaca que há um crescimento de iniciativas com repercussões na ampliação da violência contra pessoas trans e que esse segmento é o que sofre mais violações de **direitos humanos** entre a comunidade LGBTQIA+.

"Temos assistido a um levante contra as discussões sobre linguagem inclusiva de gênero para pessoas não-binárias, projetos de lei antitrans e o discurso que incluiu o ódio religioso contra direitos LGBTQIA+ tem ganhado mais espaço, trazendo impactos significativos no dia a dia", observa.

O texto cita também a violência contra políticas eleitas trans. Foram registradas no ano passado ameaças de morte contra a vereadora de Niterói Benny Briolly (Psol/RJ), levando-a a deixar o país.

A vereadora de Belo Horizonte Duda Salabert (PDT/MG) também virou alvo de ameaças de morte na capital mineira. A vereadora Érika Hilton (Psol/SP) teve o gabinete invadido e passou a ter que circular com seguranças para coibir ataques.

O dossiê critica a falta de ações dos governos, parlamentos e entes estatais para combater a violência transfóbica. A falta de respostas do Estado

atinge também adolescentes trans, que em geral sofrem com a falta de acolhimento no seio familiar e nas escolas.

apresenta recomendações ao Poder Público para enfrentar o cenário de violência contra a população trans. O documento também defende o reconhecimento pelos órgãos estatais da autodeclaração de gênero das pessoas trans e diversas, o que inclui a acolhida nos abrigos públicos. O texto coloca a importância da inserção nos currículos de temas de educação sexual inclusiva.

O documento sugere mutirões em órgãos de assistência social para emissão de documentos e inclusão em programas para população LGBTQIA+. O texto advoga por medidas específicas de proteção das profissionais do sexo e pelo impedimento da prisão de pessoas nessa atividade.

Entre as recomendações, ações de apoio à comunidade trans para enfrentar condições de vulnerabilidade à fome, como a distribuição de alimentos e itens de higiene e de proteção contra a covid-19 para a população LGBTQIA+.

Para as forças de segurança, o dossiê recomenda a criação de protocolos policiais para combater a violência contra a população LGBTQIA+, a formação e sensibilização dos agentes e a inclusão desse recorte nas estatísticas e na sistematização dos dados sobre assassinatos e violências.

A Agência Brasil entrou em contato com o Ministério da Mulher, Família e **Direitos Humanos** sobre as políticas voltadas à população trans e aguarda retorno.

**Site:** <https://portalguara.com/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021/>

# Início das aulas na rede municipal de São Luís é adiado

O início do ano letivo nas escolas municipais que estava previsto para o dia 1º de fevereiro foi adiado. A decisão foi tomada após reunião intermediada pelo **Ministério Público** do Maranhão, entre a Secretaria Municipal de Educação de São Luís (Semed) e o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação).

Com isso, a Prefeitura de São Luís anunciou que as aulas da rede municipal só serão retomadas no dia 22 de fevereiro.

O motivo do adiamento apresentado pela secretária-adjunta de Educação, Gusmaia Mousinho, foi o crescimento dos casos de Covid-19 em São Luís neste início de ano, assim como está ocorrendo no país e no mundo. A titular da Semed, Caroline Salgado, inclusive, testou positivo para a Covid.

Também foi considerada a situação de diversas escolas municipais que estão sendo reformadas e ainda não terão condições de iniciar o ano letivo de forma presencial.

Durante a reunião, que foi coordenada pelos promotores de justiça Paulo Avelar e Lindonjansom Gonçalves, titulares da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Educação de São Luís, respectivamente, também ficou acertada uma nova reunião entre a Semed e o Sindeducação para discutir a alteração do calendário escolar e a reposição das aulas.

## REFORMAS NAS ESCOLAS

Quanto às escolas municipais que estão em reforma, o **Ministério Público** irá requerer à Semed a relação das unidades que já foram reformadas, das que estão com os serviços em andamento, bem como daquelas que ainda vão passar por intervenções pontuais.

Informações **MPMA**

**Site:** <http://www.suacidade.com/noticias/cidades/inicio-das-aulas-na-rede-municipal-de-sao-luis-e-adiado>

# Acordo entre MP e prefeitura adiam inicio das aulas na rede pública em São Luis

## **MPMA** intermediou a reunião

Intermediada pelo **Ministério Público** do Maranhão, uma reunião virtual realizada nesta sexta-feira, 28, entre a Secretaria Municipal de Educação de São Luís (Semed) e o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação) definiu o adiamento do início do ano letivo nas escolas municipais que estava previsto para o dia 1º de fevereiro.

A Prefeitura de São Luís irá anunciar nos próximos a nova data, que foi sugerida para o dia 22 de fevereiro.

O motivo do adiamento apresentado pela secretária-adjunta de Educação, Gusmaia Mousinho, foi o crescimento dos casos de Covid-19 em São Luís neste início de ano, assim como está ocorrendo no país e no mundo. A titular da Semed, Caroline Salgado, inclusive, testou positivo para a Covid.

Também foi considerada a situação de diversas escolas municipais que estão sendo reformadas e ainda não terão condições de iniciar o ano letivo de forma presencial.

Durante a reunião, que foi coordenada pelos promotores de justiça Paulo Avelar e Lindonjonsom Gonçalves, titulares da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Educação de São Luís, respectivamente, também ficou acertada uma nova reunião entre a Semed e o Sindeducação para discutir a alteração do calendário escolar e a reposição das aulas.

Pelo Sindeducação, participaram a presidente Regina Bodalo, a diretora Ana Paula Martins e o assessor jurídico Eduardo Corrêa.

**Site:** <http://www.holdenarruda.com.br/2022/01/acordo-entre-mp-e-prefeitura-adiam.html>